

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM EMPREGO**  
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DAS MISSÕES**

**CARGO****C**ontador**21-02-16**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo ..... 20 questões
- Legislação ..... 10 questões

**ATENÇÃO**

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  - a. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  - b. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas **UMA** resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 4h (quatro horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!**

**Nº DE INSCRIÇÃO****NOME**

**C**onhecimentos Específicos

1. De acordo com a NBC T 16 (Normas Brasileiras de Contabilidade), subitem Patrimônio e Sistemas Contábeis, o sistema contábil está estruturado em subsistemas de informações. Efetue o relacionamento do tipo do subsistema, apresentado na primeira coluna, ao seu respectivo objetivo, apresentado na segunda coluna e, em seguida, assinale a alternativa correta de acordo com a sequência das letras.

- (A) Subsistema Orçamentário ( ) Registrar, processar e evidenciar os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- (B) Subsistema Patrimonial ( ) Registrar, processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (C) Subsistema de Custos ( ) Registrar, processar e evidenciar os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
- (D) Subsistema Compensação ( ) Registrar, processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados às variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

A sequência correta é:

- A.( ) A – C – B - D  
B.( ) B – D – A - C  
C.( ) C – B – D - A  
D.( ) D – A – C - B

2. Com base no subitem Transações no Setor Público das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de uma prefeitura em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- A) Aquisição de veículo a prazo.  
B) Lançamento de IPTU, na data da ocorrência do fato gerador.  
C) Reconhecimento, em regime de competência mensal, do 13º salário a ser pago no final do ano.  
D) Contratação de operação de crédito.

Dos itens descritos acima, classificam-se como variações patrimoniais qualitativas os da alternativa:

- A.( ) C e D  
B.( ) B e C  
C.( ) A e D  
D.( ) A e B

3. A partir dos itens abaixo assinale a alternativa correta.
- A Lei nº 4.320/64 classifica a receita pública em duas categorias econômicas: corrente e de capital.
  - O superávit do orçamento corrente constitui item da classificação da receita orçamentária.
  - Os dividendos são exemplos de receitas correntes
  - O recolhimento da receita pública é feito em estrita observância ao princípio da unidade de tesouraria.
- A. ( ) Todos os itens estão certos.  
B. ( ) Apenas um item está certo.  
C. ( ) Apenas dois itens estão certos.  
D. ( ) Apenas três itens estão certos.
4. Correlacione as colunas abaixo e aponte a alternativa que contém a sequência numérica correta.
- |                  |  |
|------------------|--|
| 1 – Lançamento   | ( ) Autorização para efetuar gastos              |
| 2 – Pagamento    | ( ) Extinção de obrigações                       |
| 3 – Arrecadação  | ( ) Verificação do direito adquirido pelo credor |
| 4 – Liquidação   | ( ) Comprometimento do crédito orçamentário      |
| 5 – Recolhimento | ( ) Identificação dos contribuintes              |
| 6 – Empenho      | ( ) Estimativas da arrecadação                   |
| 7 – Fixação      |  |
| 8 – Previsão     |  |
- A. ( ) 8, 4, 1, 7, 6, 5  
B. ( ) 7, 2, 4, 6, 1, 8  
C. ( ) 1, 2, 7, 3, 6, 8  
D. ( ) 6, 4, 7, 8, 1, 3
5. O superávit financeiro, de acordo com a Lei nº 4.320/64, que permite a abertura de créditos suplementares nos termos da lei, é apurado em:
- A. ( ) Balanço das Variações Patrimoniais  
B. ( ) Balanço Financeiro  
C. ( ) Balanço Orçamentário  
D. ( ) Balanço Patrimonial
6. De acordo com a LC 101/2000 - Lei da Responsabilidade Fiscal:
- A. ( ) A destinação de recursos, direta ou indiretamente, para cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- B. ( ) A despesa total de pessoal dos Estados e Municípios, em cada período de apuração, não pode ultrapassar 40% de suas respectivas receitas líquidas, sob pena de limitação de empenho.
- C. ( ) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um ano deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois períodos subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no primeiro.
- D. ( ) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior ao do mandato do chefe do Poder Executivo.

7. As técnicas de que a Contabilidade se utiliza para alcançar os seus objetivos são:
- A.( ) Escrituração, planejamento, coordenação e controle
  - B.( ) Contabilização, auditoria, controle e análise de balanços
  - C.( ) Auditoria, análise de balanços, planejamento e controle
  - D.( ) Auditoria, escrituração, análise de balanços e demonstração
8. As informações a seguir foram extraídas do Balanço Financeiro de uma entidade governamental.

|                                       |                |
|---------------------------------------|----------------|
| Receita Orçamentária Ordinária        | R\$ 100.000,00 |
| Receita Orçamentária Vinculada        | R\$ 45.000,00  |
| Despesa Orçamentária Ordinária        | R\$ 98.000,00  |
| Despesa Orçamentária Vinculada        | R\$ 43.000,00  |
| Transferências Financeiras Recebidas  | R\$ 4.000,00   |
| Transferências Financeiras Concedidas | R\$ 3.800,00   |
| Recebimentos Extraorçamentários       | R\$ 10.000,00  |
| Pagamentos Extraorçamentários         | R\$ 8.500,00   |

Com base nessas informações e considerando que o valor de restos a pagar inscritos no período foi R\$ 5.500,00 e o de pagamento de restos a pagar foi R\$ 3.000,00, é correta a afirmação da alternativa:

- A.( ) A execução do orçamento gerou um impacto no caixa, mais equivalentes à caixa de R\$ 4.000,00.
  - B.( ) Os valores de recebimentos extraorçamentários, nos demonstrativos consolidados, serão compensados com os pagamentos extraorçamentários.
  - C.( ) A diferença entre receita e despesa orçamentárias vinculadas corresponde ao impacto nas disponibilidades decorrentes do orçamento de investimentos das empresas estatais.
  - D.( ) A diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior é R\$ 5.700,00.
9. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, referente à estrutura para elaboração e divulgação dos relatórios contábeis, as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábil-financeiras úteis para os seus usuários. Assinale a alternativa que apresenta as características qualitativas de melhoria.
- A.( ) Relevância, materialidade, comparabilidade e compreensibilidade.
  - B.( ) Compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
  - C.( ) Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
  - D.( ) Tempestividade, confiabilidade, relevância e comparabilidade.
10. Marque os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F), de acordo com o disposto no Código de Ética Profissional do Contador e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- I. O profissional da contabilidade poderá transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
  - II. Caso um profissional da contabilidade desista de determinado trabalho para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, é facultado a outro profissional da contabilidade aceitar esse mesmo trabalho, ainda que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.
  - III. O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou conivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.
- A.( ) V, V, F
  - B.( ) V, F, V
  - C.( ) F, V, F
  - D.( ) F, F, V

11. O balanço orçamentário de uma entidade pública apresenta as seguintes informações em relação às receitas e às despesas de um exercício:

- |   |                   |
|---|-------------------|
| 1) Orçamento aprovado para o exercício:             | R\$ 5 000 000,00; |
| 2) Receitas orçamentárias arrecadadas no exercício: | R\$ 4 800 000,00; |
| 3) Despesas empenhadas no exercício:                | R\$ 4 500 000,00; |
| 4) Despesas liquidadas e pagas no exercício:        | R\$ 4 200 000,00. |

Com base nessas informações, o superávit do orçamento dessa entidade pública nesse exercício é de:

- A. ( ) R\$ 100 000,00
- B. ( ) R\$ 200 000,00
- C. ( ) R\$ 300 000,00
- D. ( ) R\$ 500 000,00

12. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, reconhecimento é o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento e que satisfaça os seguintes critérios de reconhecimento: a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Com relação ao reconhecimento das despesas, de acordo com a conceituação acima, avalie as seguintes afirmações.

- I. A despesa deve ser reconhecida na demonstração do resultado nos casos em que um passivo é incorrido sem o correspondente reconhecimento de ativo, como no caso de passivo decorrente de garantia de produto.
- II. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, que esteja relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo e possa ser mensurado com confiabilidade.
- III. A despesa deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado quando o gasto produzir benefícios econômicos futuros ou quando os benefícios econômicos futuros não se qualificarem, ou deixarem de se qualificar, para reconhecimento no balanço patrimonial como ativo.
- IV. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base em procedimentos de alocação sistemática e racional, quando se espera que os benefícios econômicos sejam gerados ao longo de vários períodos contábeis e a associação com a correspondente receita somente possa ser feita de modo geral e indireto.
- V. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação entre elas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem direta ou conjuntamente das mesmas transações ou de outros eventos.

Estão corretos apenas os itens descritos na alternativa:

- A. ( ) I, II e IV
- B. ( ) II, III e V
- C. ( ) III, IV e V
- D. ( ) I, II, IV e V

13. No Balanço Patrimonial, são apresentadas contas redutoras, que servem de informação importante para os usuários e, normalmente, são detalhadas em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Quais das seguintes contas são consideradas contas redutoras do Ativo Circulante?
- Provisão de férias.
  - Provisão de 13.º salário.
  - Duplicatas descontadas.
  - Depreciação acumulada.
  - Provisão para contingências.
  - Perdas estimadas nos estoques.
  - PECLD – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.
  - Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos de Longo Prazo.
- É correto apenas o que se afirma em:
- I, VI e VII
  - II, IV e V
  - III, VI e VII
  - II, III, IV e VIII
14. Em relação ao Plano Plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, é correto afirmar o disposto na alternativa:
- O projeto de lei orçamentária será acompanhado de um Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
  - Na lei orçamentária anual, em determinados casos e desde que aprovada pelo Congresso nacional, há a possibilidade de concessão ou utilização de créditos ilimitados.
  - O orçamento da seguridade social terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
  - As emendas propostas pelo Congresso ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
15. O desempenho de suas funções com ética é dever do profissional de contabilidade, previsto no Código de Ética da Profissão. Segundo Sá, “é imprescindível que o profissional, para exercer a profissão escolhida, conheça seu código de ética, para pautar suas ações através de uma conduta moral e irrepreensível em observância a esses princípios”
- À luz desse comentário, avalie as situações hipotéticas abaixo com base no Código de Ética Profissional do Contador:
- Mariana, profissional de contabilidade, elaborou as demonstrações contábeis da Cia MEL sob a orientação, supervisão e fiscalização de Renata, outra profissional de contabilidade, que assinou as peças contábeis.
  - Janine, profissional de contabilidade, elaborou as demonstrações contábeis na Cia LEM, levando em conta o regime de caixa para pagamento e recolhimento dos impostos e taxas federais, estaduais e municipais.
  - Jorge, profissional de contabilidade, buscou auxílio de um agenciador de serviços com o objetivo de aumentar seu faturamento, mediante a participação nos honorários a receber.
  - Lucia, profissional de contabilidade, recebeu vantagem pecuniária para emissão de documentos que não demonstravam a verdadeira situação da empresa para fins de obtenção de empréstimo bancário.
- Está de acordo com o código de ética apenas o que é descrito na alternativa:
- I
  - II
  - I e III
  - II e IV

16. O Princípio Orçamentário, que estabelece que seja vedada a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa, é denominado:
- A.( ) Princípio da Universalidade.
  - B.( ) Princípio da Exclusividade.
  - C.( ) Princípio da Não-afetação das receitas.
  - D.( ) Princípio da Especificação ou da Discriminação.
17. Uma empresa considerou os benefícios econômicos futuros e a mensuração confiável do custo de um bem do seu ativo imobilizado. À qual etapa esse procedimento se refere na avaliação dos ativos fixos tangíveis?
- A.( ) Reavaliação
  - B.( ) Reconhecimento
  - C.( ) Mensuração
  - D.( ) Identificação de benefícios e riscos
18. A Lei nº4.320/64 determina que a Lei do Orçamento contenha a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecendo, entre outros, ao princípio da universalidade. Isso significa que a lei orçamentária deverá atender ao item descrito na alternativa:
- A.( ) Discriminar as receitas e despesas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, inclusive aquelas referentes às transferências intergovernamentais.
  - B.( ) Não consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a qualquer elemento de despesa, exceções podendo ser feitas aos programas especiais de trabalho.
  - C.( ) Compreender todas as receitas e todas as despesas próprias dos órgãos do governo ou da administração centralizada ou que por intermédio deles se devam realizar.
  - D.( ) Discriminar os valores de receitas e despesas para um período anual, inclusive para as despesas de capital.
19. Despesas de Exercícios Anteriores têm como característica o disposto na alternativa:
- A.( ) O não cumprimento da obrigação pelo credor no prazo para ele estabelecido quando do empenho da despesa.
  - B.( ) Terem sido desembolsadas em exercícios anteriores, mas geradas no exercício corrente.
  - C.( ) Não possuírem crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las no exercício em que forem geradas.
  - D.( ) Serem despesas orçamentárias.
20. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no que se refere às situações em que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.
- I. O empregado poderá ausentar-se do trabalho até 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.
  - II. O empregado poderá ausentar-se do trabalho até 5 (cinco) dias, a cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
  - III. O empregado poderá ausentar-se do trabalho nos dias em que estiver, comprovadamente, realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
  - IV. O empregado poderá ausentar-se do trabalho pelo tempo que se fizer necessário quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- Estão corretos os itens:
- A.( ) I e II somente.
  - B.( ) II e III somente.
  - C.( ) III e IV somente.
  - D.( ) Todos os itens estão corretos.

**L**egislação

21. O artigo 11 da Constituição Federal assegura aos empregados o direito de eleger um representante, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. O artigo refere-se a empresas com mais de:
- A. ( ) cinquenta empregados.
  - B. ( ) cem empregados.
  - C. ( ) duzentos empregados.
  - D. ( ) trezentos empregados.
22. Com fulcro no artigo 29 da Constituição Federal do Brasil, o município reger-se-á por Lei Orgânica, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal de Vereadores, atendidos os princípios da Constituição Federal, da Constituição do Estado e, entre outros, os seguintes preceitos, exceto o descrito na alternativa:
- A. ( ) Iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
  - B. ( ) Julgamento do Prefeito perante a Justiça Federal.
  - C. ( ) Cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
  - D. ( ) Inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município.
23. O artigo 182 da Constituição Federal dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Um dos instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana é o chamado Plano Diretor. Este, após aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, é obrigatório para cidades com mais de:
- A. ( ) dez mil habitantes.
  - B. ( ) vinte mil habitantes.
  - C. ( ) trinta mil habitantes.
  - D. ( ) quarenta mil habitantes.
24. A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. O artigo 22 da referida lei arrola as seguintes modalidades de licitação: concorrência; tomada de preço; convite; concurso e leilão. Em relação ao procedimento e julgamento do leilão (artigo 53), são corretas as seguintes afirmações, exceto:
- A. ( ) O edital do leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se realizará.
  - B. ( ) O leilão, obrigatoriamente, deve ser realizado por leiloeiro oficial.
  - C. ( ) O leilão pode ser realizado por leiloeiro oficial ou por servidor designado pela Administração, na forma da legislação pertinente.
  - D. ( ) Todo o bem a ser leiloado será previamente avaliado pela Administração para fixação do preço mínimo para arrematação.



25. Na forma do artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a despesa total com pessoal em cada período de apuração, referente ao Município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de:
- A.( ) quarenta por cento.
  - B.( ) cinquenta por cento.
  - C.( ) sessenta por cento.
  - D.( ) setenta por cento.
26. Segundo o disposto no artigo 33 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a proposta de lei orçamentária a ser examinada pelo Poder Legislativo competente não admitirá emendas que visem a:
- A.( ) Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
  - B.( ) Conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
  - C.( ) Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
  - D.( ) Todas as alternativas anteriores estão corretas.
27. A Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Dispõe o artigo 11 do referido diploma legal que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, notadamente os seguintes, com exceção do descrito na alternativa:
- A.( ) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
  - B.( ) Facilitar publicidade dos atos oficiais desde que não sejam sigilosos.
  - C.( ) Frustrar a licitude de concurso público.
  - D.( ) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
28. A Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do artigo 5º e outros da Constituição Federal do Brasil. Para assegurar o direito fundamental de acesso à informação, o artigo 3º da referida lei enumera os princípios básicos e seguintes diretrizes, exceto:
- A.( ) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
  - B.( ) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia de informação.
  - C.( ) Divulgação de informações de interesse público a partir das solicitações e pressões da sociedade.
  - D.( ) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

29. A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns definidos e explicitados pela própria lei. Em relação à temática, estão corretas as seguintes colocações sobre o processo do pregão, com exceção do disposto na alternativa:
- A.( ) Está prevista uma fase preparatória, na qual, entre outras questões, deverá ser definido, de forma precisa, suficiente e clara, o objeto da competição.
  - B.( ) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora do pregão, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio.
  - C.( ) Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle.
  - D.( ) Após a declaração pelo pregoeiro do licitante vencedor do certame, não haverá qualquer possibilidade de recurso pelos demais licitantes.
30. A necessidade de transparência da gestão fiscal está regulada no artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. O referido diploma legal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal além de outras providências. Assim, à luz do aludido artigo, além de outros, são legalmente considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, o(s) seguinte(s):
- A.( ) O relatório de gestão fiscal.
  - B.( ) O relatório resumido de execução orçamentária.
  - C.( ) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
  - D.( ) Todas as alternativas anteriores estão corretas.